



# COLÉGIO LUIZA DE MARILLAC

EXTERNATO POPULAR SÃO VICENTE DE PAULO

Rua Voluntários da Pátria, 1.653 - Santana - São Paulo - CEP: 02011-300

Tel/fax: 2226-6161 - www.marillac.g12.br - marillac@marillac.g12.br

---

## A Era Vargas

- **A Revolução de 1930**

Como vimos anteriormente, os anos 1920 foram marcados por contestações política, sociais, culturais, e uma grave crise do modelo econômico, fundamentado na exportação de café.

A crise de 29, depressão econômica estadunidense que atingiu todo o mundo capitalista por causa do papel hegemônico dos EUA na economia mundial. Teve reflexos graves no Brasil, pois os preços do café no mercado internacional caíram, bem como as exportações. Os estoques se acumulavam. Vendendo pouco, a receita caía, impedindo que o governo pagasse suas dívidas e investisse em outros setores.

Sem avaliar a gravidade do momento histórico, o presidente Washington Luís, rompeu com a política do café-com-leite ao indicar, como candidato presidencial, o paulista Júlio Prestes, sepultando assim as ambições presidenciais do candidato mineiro. Os mineiros, dessa forma, decidiram lançar Getúlio Vargas como candidato à presidência e João Pessoa como seu candidato a vice.

O programa da Aliança Liberal, tinha como principais bandeiras: o voto secreto, a criação da justiça eleitoral, o voto feminino, a anistia e o estabelecimento da jornada de oito horas de trabalho.

É evidente que não existiam diferenças essenciais entre as duas candidaturas, pois, enquanto Júlio Prestes representava os interesses da oligarquia cafeeira, Vargas representava as aspirações das oligarquias aliadas do poder. À exceção de Luís Carlos Prestes, os tenentes apoiavam Getúlio Vargas. Prestes, que aderira ao comunismo, afirmava que todos os candidatos pertenciam à oligarquia, das classes dominantes, se eleitos beneficiariam apenas as elites e não os operários e camponeses.

Os efeitos da crise de 29 se faziam sentir; o povo estava extremamente descontente não desejava apenas a mudança de governo, e sim mudanças sociais profundas. A revolução social parecia estar em marcha.

Diante desses fatos, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada, presidente do Partido Republicano Mineiro reuniu a oposição e disse a célebre frase: **“façamos a revolução antes que o povo a faça!”**. A Aliança Liberal tinha grande apoio nos centros urbanos, porém o candidato governista controlava a máquina eleitoral em 17 Estados. As eleições foram realizadas e, como de hábito, houve fraude, só que de ambos os lados, inclusive da parte dos aliancistas, que tanto pregavam a moralização eleitoral. A vitória de Júlio Prestes e Vital Soares foi relativamente fácil.

Aparentemente, os derrotados aceitaram os resultados das eleições. Porém fatos novos iriam acirrar os ânimos. Em 26 de julho de 1930, em uma confeitaria de Recife João Pessoa foi assassinado. O homicídio foi motivado por questões políticas regionais da Paraíba. Apesar disso, houve grande comoção popular. A oposição aproveitou o clima para atacar o presidente Washington Luís. É preciso destacar que João Pessoa não pretendia fazer a revolução, pois teria dito que **“preferia dez Júlio Prestes a uma revolução.”** Em 3 de outubro de 1930, os revolucionários ocuparam o quartel-general de Porto Alegre. Ao mesmo tempo, eclodia a revolução em Minas Gerais, Paraíba e Pernambuco.

No Nordeste, Juarez Távora pôs em fuga o governador de Pernambuco, Estácio Coimbra, e marchou vitoriosamente em direção à Bahia. As tropas revolucionárias enfrentaram séria resistência para passar por São Paulo.

Em Itararé, houve combates entre revolucionários e legalistas; antes de uma batalha decisiva, porém chegou a notícia de que uma unta Militar derrubara Washington Luís. Com isso, cessou a resistência dos últimos defensores da República Velha. Em 3 de novembro, a Junta Pacificadora entregou provisoriamente o poder a Getúlio Vargas.

A revolução pôs fim à hegemonia da burguesia cafeeira e deu início a grandes mudanças, marcando a transição do Brasil arcaico para o Brasil moderno. Mudaram as relações entre o poder estatal e a classe operária. Nasceu um Estado centralizado e intervencionista, essencial para o processo de industrialização crescente naquele momento.

- **O Governo Provisório (1930 – 1934)**

Assim que o governo provisório tomou posse, o Congresso Nacional, as Assembléias Legislativas e as Câmaras Municipais foram dissolvidas. Dois novos ministérios foram criados: o do Trabalho e o da Educação, Indústria e Comércio. Nos primeiros meses pois a Revolução, o povo estava eufórico, pois acreditava que um novo Brasil havia surgido, no qual grandes melhorias

ocorrerem. Com o passar do tempo, as decepções foram aumentando e as divergências entre os “revolucionários” tornaram-se cada vez maiores.

Basicamente a disputa era entre os “tenentes”, que reclamavam grandes mudanças sociais e econômicas, e as oligarquias tradicionais, que lutavam para impedir essas reformas.

Os “tenentes” defendiam um governo forte e centralizado. Desejavam algumas reformas econômicas e sociais. Reunidos no Clube Três de Outubro, fundado em 1931, procuraram influir nas decisões do Governo Provisório no sentido de impor um programa progressista, mas encontraram sérias dificuldades para colocar em prática algumas reformas. A oposição das oligarquias tradicionais, a falta de apoio popular e as adesões de muitos interventores às oligarquias regionais faziam com que o prestígio dos “tenentes” diminuísse bastante.

É importante destacar também que certos “tenentes”, outrora progressistas, depois de se instalarem no poder, deixaram de lado suas concepções reformistas e passaram a defender a legalidade, em outras palavras, falava-se muito em reformas, mas agia-se pouco; ou quase nada. Getúlio adotava uma política ambígua, conseguindo se equilibrar entre as diversas tendências, mantendo um bom relacionamento com todas as facções da política nacional.

- **O Movimento Constitucionalista de 1932**

Em 1932 o descontentamento com o governo Vargas era muito grande, especialmente em São Paulo, onde a elite política se sentia discriminada com a nomeação do pernambucano João Alberto Lins e Barros como interventor do Estado.

Em nome da legalidade, a oligarquia paulista, contando com o apoio de amplas parcelas da população já desiludida com o Governo Provisório e a radicalização da elite paulista, que sonhava em retornar ao poder, perdido em 1930, resultaram em confronto armado.

Alegando que lutavam pela reconstitucionalização do país os paulistas deram início ao movimento no dia 9 de julho de 1932. O Estado estava em pé de guerra; milhares de voluntários se apresentavam. Cada paulista era um soldado, e até as damas se ofereceram para lutar. Muitas pessoas doaram jóias e medalhas para o bem de São Paulo.

Com as enormes somas de dinheiro que possuíam os paulistas compraram armas dos EUA; entretanto as embarcações que as transportavam foram aprisionadas pelas forças legalistas. A direção do movimento coube ao general Isidoro Dias Lopes, apoiado pelo general Bertoldo Klinger, que veio do Mato Grosso com um forte contingente. Os paulistas estavam confiantes na vitória. Apesar do entusiasmo, os paulistas, inferiorizados em termos bélicos e numéricos, seriam inevitavelmente derrotados. Isolados na capital, o apoio do interior foi quase nulo, sem conseguir a adesão de outros Estados, a situação dos rebeldes tornava-se, dia a dia, mais difícil. Faltavam munições, armas, soldados e até alimentos. Após o bloqueio do Porto de Santos, a situação ficou insustentável. Finalmente, o coronel Herculano de Carvalho se viu obrigado a negociar a paz em separado.

- **A legalização do regime**

Desde fevereiro de 1932, estava em vigor um Código Eleitoral que trazia algumas mudanças na ordem jurídico-constitucional do país e dava a base para a elaboração da nova Constituição. Uma comissão parlamentar para elaborar um anteprojeto também fora criada, e a eleição dos constituintes estava marcada para o mês de maio de 1933. O código eleitoral de 1932 trouxe uma série de inovações tais como:

- Voto secreto;
- Voto da mulher;
- Representação classista
- Justiça eleitoral

As eleições, no entanto, confirmaram a maioria das cadeiras aos representantes da burguesia industrial. Em São Paulo, o PRP, Partido Republicano Paulista, elegeu mais de vinte deputados. No Norte e Nordeste, os velhos políticos, pertencentes às antigas oligarquias, fizeram numerosa bancada; apenas uma mulher conseguiu ser eleita, a médica Carlota Pereira de Queirós. Somente 18 cadeiras, de 254, foram ocupadas por representantes dos trabalhadores na Assembléia. A Constituição aprovada em julho de 1934, não podia ter outra fisionomia, continuava a ser uma Constituição de proprietários de terras. Aquele pequeno grupo deixou sua marca, conseguindo aprovar algumas medidas nacionalistas e de direitos básicos para o trabalhador.

A Constituição de 1934, inspirada na Constituição da República de Weimar, da Alemanha, apesar de assegurar algumas conquistas sociais, salário mínimo, expediente de oito horas de trabalho, férias anuais, não mexia nas estruturas econômicas e sociais do país. A reforma agrária não foi realizada, as injustiças sociais continuaram a imperar e o povo continuou sendo usado como massa de manobra. Getúlio, eleito indiretamente pelos constituintes, já não assustava os conservadores.

O avanço das tendências totalitárias de direita, notadamente dos integralistas, Ação Integralista Brasileira, fez com que surgisse uma coligação de todas as forças de esquerda, social democratas, socialistas e até comunistas. Em março de 1935, no Rio de Janeiro, realizou-se a instalação solene da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Luís Carlos Prestes foi aclamado “Presidente de Honra”, graças à sua popularidade.

O programa básico da ANL tinha conteúdo nacionalista, destacando-se a reforma agrária, a suspensão do pagamento da dívida externa e a nacionalização de empresas estrangeiras. Com uma composição social variada, operários, militares, intelectuais, classe média urbana, a ANL cresceu muito, assustando os que estavam no poder. Por isso Getúlio, alegando que a organização era subversiva, decretou sua ilegalidade.

Após o fechamento das sedes da ANL, o Partido Comunista do Brasil, passou a controlar a agremiação. Prestes pregava abertamente a rebelião popular para derrubar o governo. Os moderados afastaram-se da ANL.

Em novembro de 1935, ocorreram rebeliões comunistas em Natal (RN), onde os rebeldes chegaram a ocupar o poder por alguns dias, em Recife (PE) e no Rio de Janeiro.

A falta de apoio popular foi um dos motivos que facilitaram a ação repressiva do governo. A rebelião de 1935 acabou prejudicando o Partido Comunista, pois esse episódio desencadeou uma gigantesca onda repressiva às forças de esquerda.

Milhares de pessoas foram presas, torturadas e humilhadas. No começo de 1936 Luís Carlos Prestes foi preso, junto com sua esposa, a judia alemã Olga Benário. Mesmo grávida ela foi entregue à Alemanha nazista, acabou morrendo em um campo de concentração, mas antes deu à luz a uma menina que foi trazida ao Brasil.

Se a esquerda se organizava, o mesmo pode ser dito da direita. Durante a década de 1930, muitas pessoas simpatizavam com o nazi-fascismo no Brasil. Mesmo dentro do governo, as experiências de Mussolini e Hitler eram admiradas, vários grupos nazistas se formaram no Brasil, em especial no sul, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, entretanto a maioria desses grupos teve curta duração.

Em 1932 foi criada a Ação Integralista Brasileira, AIB, cujo líder máximo era Plínio Salgado, admirador de Mussolini, conservador e católico fervoroso.

O integralismo rapidamente angariou adeptos na classe média, em certos segmentos da classe trabalhadora e no clero católico. A força do integralismo concentrava-se no interior, e principalmente, nos Estados do Sul.

Ideologicamente os integralistas combatiam o liberalismo, o capitalismo internacional e a sociedades secretas vinculadas ao judaísmo e à maçonaria. O Estado Integral não admitia nem o pluralismo sindical. Os integralistas defendiam o princípio do partido único AIB, e o sindicato único, controlado pela AIB. Não acreditavam em eleições, pois, segundo Plínio Salgado, “o voto é a grande mentira que serve de instrumento à opressão das massas trabalhadoras iludidas na sua boa-fé.”

Os integralistas não pretendiam romper com o capitalismo, pois defendiam a propriedade privada dos meios de produção, a iniciativa particular e o princípio do lucro. O que eles pretendiam era subordinar o sistema ao controle do Estado Integral. Em relação ao capitalismo financeiro, os teóricos integralistas faziam violentas críticas. As mais contundentes são as de Gustavo Barroso, um antissemita, que fez um estudo histórico sobre os empresários brasileiros, de banqueiros judeus de 1824 a 1934. Segundo ele, “o Brasil se transformara em colônia do supercapitalismo internacional, que não tem pátria e que obedece as secretas leis o aniquilamento de todos os povos.”

Em 1934 quando Getúlio dissolveu a AIB, os integralistas tinham milhares de escolas de alfabetização, bibliotecas, praças de esportes, quatro mil centros de estudos, oito jornais, cem periódicos e a revista Anauê!

### • O Golpe de 1937

As revoltas de 1935 favoreceram os planos de Vargas de continuar no poder sob a alegação de que era preciso frear a subversão e impedir a guerra civil. Estavam marcadas eleições presidenciais para 1938, Getúlio aparentava levar as eleições à sério, ao mesmo tempo procurou consolidar suas posições em relação às Forças Armadas, afastando oficiais que poderiam se opor às suas manobras golpistas.

Em abril de 1937, visando atingir o governador do Rio Grande do Sul, Flores da Cunha, comprometido com a candidatura a presidente de Armando Sales, Getúlio decretou estado de sítio na região, a pretexto de investigar um suposto complô revolucionário no sul. Impedido pelo Congresso de renovar o estado de sítio, Vargas e seus auxiliares recorreram a um ardil, o Plano Cohen, um suposto plano comunista que defendia a tomada do poder. A intenção era assustar a população.

O plano na verdade fora elaborado pelo capitão do exército Olympio Mourão Filho, que desempenhava, em 1937, a função de chefe do Estado Maior da AIB. Para orientar as milícias integralistas, redigiu um boletim no qual analisava as ações dos comunistas. Com isso, pretendeu falar às bases da AIB sobre sua luta contra o comunismo.

O falso plano previa a mobilização de trabalhadores para uma greve geral, o incêndio de prédios públicos, saques, depredações e atentados contra a vida de autoridades civis e militares. Acontece que o referido documento foi entregue ao chefe do Estado-Maior do Exército, que o apresentou a Getúlio Vargas.

O plano comunista foi lido na Hora do Brasil e divulgado em todos os jornais, colocando a nação em pânico, diante do “perigo vermelho.” Toda essa farsa assustou a burguesia e as Forças Armadas dando o apoio que Getúlio Vargas necessitava para o golpe de 1937. Para assegurar o sucesso do golpe, Vargas procurou obter o apoio dos governadores.

No dia 10 de Novembro, Getúlio decretou o fechamento do Congresso e anunciou a nova Constituição. A 3de dezembro, os partidos políticos, inclusive a AIB que apoiara o golpe, foram dissolvidos. Estava instaurado o chamado **Estado Novo**.

- **Estado Novo (1937-1945)**

Durante o Estado Novo, Getúlio procurou centralizar ao máximo o poder em suas mãos. É possível identificar, no período, traços totalitários, sem contudo ser um Estado Totalitário, como foi o caso da Alemanha, da União Soviética. Daí ser mais preciso considerar o regime estadonovista como autoritário. No período em questão, o governo teve o apoio dos latifundiários e da burguesia industrial. Essa aliança produziu uma modernização conservadora do país, um pouco sobrando para as camadas populares.

Chamamos de modernização conservadora por que foi feita de cima para baixo, com a intervenção ostensiva do Estado, visando dotar o país de uma infraestrutura indispensável para sua expansão industrial. A fundação da Companhia Siderúrgica Nacional, a instalação da Companhia Vale do Rio Doce e a organização do Conselho Nacional do Petróleo.

O início da Segunda Guerra Mundial casou um impacto profundo na economia brasileira. Aumentaram as exportações e diminuíram as importações, o que gerou saldos significativos na balança comercial. Durante a guerra o preço dos produtos foi bastante aumentado. É preciso destacar que o aumento dos preços teria sido ainda maior se o Brasil não tivesse assinado, com os Estados Unidos, os "tratados de Washington, por meio dos quais se comprometia a vender, ao referido país, uma série de produtos, a preços previamente estipulados, impedindo o Brasil de obter preços maiores pelos produtos.

No âmbito interno para garantir o controle da política nacional Vargas criou o sistema de interventorias. A maioria dos interventores era natural do próprio Estado e, via de regra, convergiam com os interesses das oligarquias, o que, no final das contas, punha Vargas e as oligarquias em sintonia, sem que um ameaçasse o outro.

A repressão ideológica, que já ocorria desde a fracassada Revolta de Novembro de 1935, intensificou-se ainda mais. A Polícia Secreta, chefiada por Felinto Müller, praticou atos de extrema violência. O terror imperava. Liberais, comunistas, socialistas, enfim, todos os que se opunham ou poderiam se opor ao regime, eram presos e torturados. A autonomia sindical foi liquidada com a criação do imposto sindical, o que permitia ao governo controlar as atividades dos sindicatos, subvencionando serviços sociais e fazendo com que o Ministério do Trabalho pagasse o pessoal que controlava os sindicatos.

Em primeiro de maio de 1943, Getúlio Vargas outorgou a CLT. A nova lei proibia greves e os sindicatos tinham função meramente recreativa e social. Os que pregassem a luta de classes eram severamente punidos. Apesar das limitações a CLT reconhecia uma série de direitos aos trabalhadores.

- **A queda de Getúlio**

A partir de 1943, o Estado Novo entrou em decadência. Em todo o país, surgiram diversas manifestações que bem demonstravam o desejo da maioria do povo de estabelecer um regime democrático. Vargas, como um político experiente, notava que os tempos mudavam e que era preciso promover as chamadas aberturas democráticas. Fazia isso com extrema lentidão, pois não tinha pressa em deixar o poder.

A mesma direita que apoiara Vargas em 1937, agora tinha intenção de derrubá-lo. Já as esquerdas, antes perseguidas pelo governo agora tinham a simpatia do presidente. Buscando apoio nos setores progressistas, Vargas restabeleceu as relações diplomáticas com a União Soviética e concedeu anistia aos presos políticos, além de convocar eleições para a formação de uma Assembléia Nacional Constituinte.

Os trabalhistas, apoiados pelos comunistas queriam a Constituinte com Getúlio no poder e pregavam o chamado "queremismo", ou seja, queremos Getúlio. No entanto isso não ocorreu, pressionado pelas Forças Armadas, Getúlio renunciou em 29 de novembro de 1945. Era o fim do Estado Novo.